

Trabalhadores em luta contra a desigualdade e a miséria

Tanto na Europa quanto aqui na América Latina, cresce a resistência dos trabalhadores contra os ataques dos patrões e dos governos que, com rebaixamento salarial, redução de direitos e aumento do desemprego, fizeram a miséria se alastrar sobre a nossa classe

Protestos de trabalhadores chilenos ultrapassam os 50 dias



Todo o corte nos direitos, nas aposentadorias e nos programas sociais que o governo Bolsonaro está fazendo aqui no Brasil, seu ministro da economia, Paulo Guedes, ajudou a fazer no Chile, durante a ditadura militar de Pinochet. Lá, mais da metade da população recebe 1 salário mínimo e para piorar tudo é privatizado. Não há saúde nem educação públicas, e até a água é fonte de lucros para os patrões. Passados 40 anos da reforma da Previdência, milhares de aposentados não conseguem sobreviver com os valores que são inferiores ao salário mínimo, o que levou o país a ser recordista em suicídios entre idosos. Com os protestos, o governo Piñera trocou 1/3 dos ministérios, propôs a redução do número de parlamentares e o limite às reeleições. Com os protestos também foi obrigado a propor:

- Renda mínima de 350 mil pesos chilenos (cerca de R\$ 1,97 mil), lembrando que o custo de vida do Chile é alto e os trabalhadores estão recebendo menos que um salário mínimo de salários ou de pensão/aposentadoria, que, pelo sistema de capitalização, é muito baixo

- Aumento das pensões em 20%
- Barateamento dos preços dos remédios
- Taxação aos mais ricos
- Congelamento das tarifas de energia elétrica e água
- Aumento dos salários dos trabalhadores no serviço público



Trabalhadores e Sindicatos franceses fazem greve por tempo indeterminado contra a Reforma da Previdência e corte nas pensões



Greve Geral na Argentina contra as reformas trabalhista e da previdência, e o aumento do desemprego e da miséria



Contra a política do governo de Lenin Moreno que fechou acordo com FMI de US\$ 4,2 bilhões à custa de reduzir gastos públicos e aumentar a miséria da população. Governo teve de transferir a capital de Quito para Guayaquil e revogar decreto que retirava subsídios aos combustíveis, estopim dos protestos

Jornada de lutas por emprego e direitos

O Brasil vive um cenário de desemprego, miséria, dívidas, aumento dos preços do gás de cozinha, conta de água e energia elétrica e do valor do aluguel. De cortes de investimentos para a saúde e educação, resultando, entre outros problemas, na falta de vagas nas creches públicas, remédios nos postos de saúde, na demora em realizar exames médicos, além de enormes filas de espera para acessar o Bolsa Família e de retirada de direitos e "reformas" na aposentadoria que farão com que trabalhe até morrer. Para enfrentar isso, nosso Sindicato, junto com a Intersindical e as demais centrais sindicais, estamos preparando a jornada de lutas por empregos e direitos, exigindo do governo 5 medidas para amenizar a situação dos 52 milhões que estão na miséria. Entre elas:

✓ **Para desempregados:** emprego emergencial promovido pelo Estado com direitos trabalhistas; passe-livre no transporte; aluguel social; isenção do IPTU; gratuidade nas contas de água, luz e gás de cozinha; cesta básica

✓ **Taxação dos mais ricos:** que hoje pagam pouco ou nenhum imposto e a derrubada da proposta de taxar o Seguro-desemprego.

Chegou a hora de reagir! Fique atento às convocações de reuniões no seu bairro e no Sindicato.



Sede Central: Rua Dr. Quirino, 560 • Fone (19) 3775-5555 • Campinas/SP

Só a forte reação dos trabalhadores vai impedir o massacre aos nossos direitos

Patrões e governos atacaram praticamente todos os nossos direitos nos últimos três anos.

Para recuperá-los, será necessário fortalecer a nossa organização nos locais de trabalho, estudo e moradia, e lutar coletivamente!

Companheiros e companheiras,

Estamos encerrando mais um ano de profundos ataques à classe trabalhadora.

Depois do atentado contra nossos direitos, que veio com a Reforma Trabalhista em 2017, que liberou a terceirização, o trabalho intermitente e a pejetização, o banco de horas, a jornada 12X36, entre outros, em 2019 fomos massacrados pela Reforma da Previdência e por várias Medidas Provisórias, Decretos e Projetos de Lei.

Com a reforma da Previdência, ficou praticamente impossível alcançarmos o direito à aposentadoria: teremos de trabalhar quase 50 anos para atingir a idade mínima e o tempo de contribuição, e o valor das pensões caiu pela metade.



Com a MP 881, conhecida como a MP da liberdade econômica, o governo liberou os patrões urbanos e rurais para lucrarem mais, sem regras ou fiscalizações.

E com a MP 905/19, que criou o Emprego Verde e Amarelo, liberaram a

contratação de trabalhadores jovens em busca do primeiro emprego com salários de no máximo um salário mínimo e meio e sem direitos básicos.

O domingo será trabalhado sem pagamento de horas extras, porque virou dia normal de trabalho, e a folga

nesse dia da semana, que era reservado para o descanso e o lazer familiar, ficará restrito a apenas uma vez a cada 7 semanas.

Ainda pela mesma MP, o governo decidiu isentar os patrões dos gastos com a Previdência e compensar essa perda nos cofres públicos fazendo os trabalhadores desempregados pagarem a Previdência do Seguro Desemprego.

Recentemente, Bolsonaro encaminhou ao Congresso o PL 6.159, que praticamente acaba com a política de cotas para pessoas com deficiência ou reabilitadas.

Pelo PL, as empresas poderão substituir a contratação pelo pagamento de um valor correspondente a dois salários mínimos por mês para custear programas de reabilitação, dificultando ainda mais o acesso desses trabalhadores ao mercado de trabalho.

Nossa Convenção é única forma de manter direitos retirados pelos governos

Nesta Campanha Salarial, a prioridade foi a renovação das Convenções Coletivas, única forma de impedir que o atentado aos direitos dos trabalhadores atingisse em cheio a nossa categoria.

Muitos acordos foram fechados com renovação integral da Convenção

e até ganhos reais nos salários, mas no setor de **Autopeças** e no de **Eletroeletrônicos**, que sistematicamente seguem seus sindicatos patronais, a maioria dos trabalhadores segue sem acordo e sem direitos.

Se não houver forte resistência e luta desses trabalhadores junto ao

Sindicato, logo sentirão na pele as duras consequências das reformas e das medidas provisórias do governo Bolsonaro. **Confira o que você perde sem a Convenção:**

- Piso de R\$ 1.903,00 (autopeças) e R\$ 1.657,90 (grupo 2);
- Adicional Noturno de 50%;

- Jornada Fixa;
- PCS;
- Descanso aos Domingos;
- Além de: auxílio creche, ausência justificada, prevenção de acidentes com prensas, e estabilidade até a aposentadoria em caso de acidente/doença relacionados ao trabalho.



Só a luta dos trabalhadores poderá garantir direitos à nossa classe

Engana-se quem pensa que tenham fim as maldades deste governo contra os trabalhadores. Neste jornal, você vai conferir todos os direitos que nos foram retirados nos últimos três anos. Reafirmamos que foi sempre na luta que conquistamos nossos direitos, e será sempre na luta que conseguiremos resgatá-los, mantê-los e ampliá-los.



Para patrões e governos, modernização é voltar à escravidão

A história da nossa classe é a história das nossas lutas. Dessa forma, historicamente, nenhum dos nossos direitos nos foi dado de mão-beijada. Todos, sobretudo a redução da jornada de trabalho e a regulamentação dos direitos trabalhistas, foram arrancados dos patrões e governos à custa de muita luta e até da vida de trabalhadores e trabalhadoras de várias gerações anteriores à nossa.

Por isso, patrões e governos, estão sempre atacando a nossa classe, nossos legítimos representantes, que são os sindicatos, e tentando acabar com tudo o que conquistamos em mais de um século de luta e resistência.

E nesses ataques, contam sempre com ajuda dos grandes meios de comunicação que mentem aos trabalhadores ao reforçar a necessidade da “modernização” das relações de trabalho para “gerar mais empregos” e “combater a desigualdade e acabar com privilégios”.

Passados dois anos da Reforma Trabalhista, sonho antigo dos patrões, está faltando emprego para 27,5 milhões de trabalhadores e a concentração de riqueza nas mãos de poucos só aumentou, ampliando vertiginosamente a desigualdade. Segundo o IBGE, os 10% mais ricos concentraram 43,1% da massa de rendimento, calculada em R\$ 277,7 bilhões.

Lei nº 13.467/2017 Reforma Trabalhista

- Liberou a terceirização, a pejetização, o teletrabalho (homeoffice), e o trabalho intermitente
- Acabou com a ultratividade da norma coletiva (Convenções/Acordos não renovados ficam restritos ao período de validade da última assinatura)
- Implementou a demissão de “comum acordo”, em que o trabalhador perde 20% da multa do FGTS, metade do aviso prévio e o seguro desemprego
- Aumentou a exploração: com as demissões, os trabalhadores que permanecem nas empresas estão produzindo por dois ou três, correndo mais riscos de acidentes e doenças, e recebendo salários cada vez mais baixos

Para arrancar os nossos direitos, os patrões, os governos e os meios de comunicação repetiram exaustivamente várias mentiras: que não mexeriam nos direitos, que as reformas gerariam mais empregos, e que iam acabar com a desigualdade e os privilégios.

Arrancaram praticamente tudo o que nós conquistamos com muita luta durante mais de um século.

Confira o que sobrou para os trabalhadores:



Aumento das vagas precárias e informais atinge 41% dos ocupados. Cerca de 12 milhões de trabalhadores estão sem carteira assinada. E os trabalhadores fazendo bicos e se virando por conta própria já somam 24 milhões, derrubando os salários e as contribuições à Previdência.



Aumento do desemprego: o terceiro trimestre de 2019 fechou com 12,5 milhões de trabalhadores desempregados, segundo o IBGE



Aumento da miséria: atualmente mais de 52 milhões de brasileiros vivem na miséria e cerca de 13,5 milhões têm renda de pouco mais de R\$ 4,00 por dia.

Nesse número, que corresponde à população total de países como Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal, a maioria são mulheres negras.

O número de crianças vivendo em situação de miserabilidade: 12 milhões; 5 milhões vivem na extrema miséria.

Reforma da Previdência

- Acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição
- Implantou a idade mínima de 62 anos para mulher e 65 anos para homem (que aumenta de acordo com o aumento da expectativa de vida)
- Aposentadoria com valor integral só para quem contribuir por mais de 40 anos
- Aumentou a exigência para aposentadoria de trabalhadoras rurais: de 55 anos para 60 anos de idade e de 15 anos para 20 anos de contribuição. Além disso, quem não tiver carteira assinada terá de pagar em média R\$ 50 por mês durante 20 anos para um dia tentar se aposentar
- Reduziu a 60% o valor da pensão por morte, valor pode ficar abaixo ao salário mínimo

MP 905 - Emprego Verde e Amarelo

- Cria regras para contratação de jovens trabalhadores de 18 a 29 anos, rebaixando salários, que não poderão ser superiores a um salário mínimo e meio; e retirando direitos básicos
- Isenta os patrões do pagamento de contribuição à Previdência Social (o governo vai abrir mão de R\$ 10 bilhões em 5 anos)
- Obriga trabalhadores desempregados que recebem Seguro Desemprego a contribuir com a Previdência Social para compensar a perda da arrecadação com a isenção dada aos patrões (o governo vai arrecadar R\$ 12 bilhões em 5 anos)
- Possibilita o trabalho aos domingos e feriados como jornada normal (sem pagamento de hora extra a 100%) em todos os setores, e dá ao patrão o poder de decidir quando e como será o descanso semanal. Folga aos domingos, somente uma vez a cada sete semanas
- Acidente de trajeto, aquele sofrido durante o percurso da residência ao trabalho e do trabalho à residência não é mais considerado acidente de trabalho
- Reduz o valor da contribuição patronal ao FGTS de 8% para apenas 2%
- Trabalhador demitido sem justa causa só recebe 20% da multa do FGTS e não os 40% que recebem os demais trabalhadores.

MP 881 - Liberdade Econômica

- Liberou patrões urbanos e rurais para lucrarem mais, sem regras ou fiscalizações
- Liberou a privatização de pelo menos 17 empresas, entre elas Petrobrás, Eletrobrás e Correios

Projeto de Lei 6.159 Fim das cotas para pessoas com deficiência

- Praticamente acaba com a política de cotas para pessoas portadoras de deficiência ou reabilitadas.
- As empresas poderão substituir a contratação pelo pagamento de um valor correspondente a dois salários mínimos por mês para custear programas de reabilitação, dificultando ainda mais o acesso desses trabalhadores ao mercado de trabalho.



Atentados contra a vida da classe trabalhadora só serão barrados pelos próprios trabalhadores